

# Sociedade

## POLÍCIAS COM DEFICIÊNCIA LUTAM PELA INTEGRAÇÃO

Pedro Rainho  
pedro.rainho@sol.pt

Sofreram acidentes em nome da PSP. Têm limitações para a vida, mas também sentem que não são bem-vindos na instituição que juraram servir. Não querem tratamento especial. Querem ser iguais nas suas diferenças.

Nos primeiros seis meses depois do acidente que lhe roubou metade do rosto, o agente da PSP Paulo Monteiro fez 10 cirurgias. Nos últimos 13 anos, voltou mais 39 vezes à sala de operações para que lhe tentassem recuperar – tanto quanto possível – a identidade que perdeu numa viagem de comboio entre o Porto e Lisboa, a caminho do trabalho. Consegue andar, ouvir, vê, falar. Mas ficou com uma incapacidade permanente superior a 70%.

Cada intervenção cirúrgica a que é sujeito, no Brasil (onde as operações são mais baratas e onde estão os melhores profissionais da área), rouba-lhe meses de tempo de trabalho. «Na última intervenção, cheguei de viagem no sábado e na segunda apresentei-me ao serviço», conta. Mesmo assim, ao longo dos anos de tratamentos, a recuperação deixou demasiadas linhas em branco na sua folha de serviço. Pelo caminho foram ficando todas as formações, muita experiência no terreno, avaliações, um currículo por preencher – e ficou tam-

bém a possibilidade de um dia chegar onde sempre sonhou: ao posto de agente principal.

### Um 'azar' com consequências permanentes

O caso é o de Paulo Monteiro. Mas também é o de Carlos Duarte. Mas também é o de António Remuda e de mais de uma centena de elementos desta força de segurança com incapacidade permanente. Só a Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP-PSP) contou 111 'casos' num levantamento interno, 14 dos quais com incapacidade superior a 60% – não há outra maneira de conhecer o verdadeiro número de casos porque, se tem esse levantamento feito, a PSP não o disponibiliza.

São os «realmentes», os que quiseram continuar. Homens que vestiram a farda, tiveram «um azar» em serviço ou a caminho do trabalho e, no dia seguinte, sentiram-se encostados. «Na dú-

vida sobre se um destes elementos tem ou não capacidades para continuar a servir a Polícia, passa a exercer serviços administrativos», diz Carlos Duarte. Uma opção que não se explica pela maior ou menor capacidade de as vítimas de acidentes de trabalho exercerem, por exem-

plo, funções de chefia. Até porque essa avaliação nunca foi feita, não há um historial a que a Polícia possa recorrer para aplicar aos casos existentes ou a futuros. «Somos deficientes mas não somos incapazes, desde que não nos sejam levantadas barreiras», diz Carlos Duarte.

### Os vazios da lei

A falha nasce logo na Constituição. Na apresentação que fez na Assembleia da República, no início do mês, a Associação Sindical de Profissionais da Polícia (ASPP) defendia que o artigo 132º «devia incluir (...) a proibição da discriminação em razão da deficiência». Uma ausência que «fragiliza ainda mais as pessoas com deficiência e incapacidades».

O atual estatuto da PSP prolonga essa ausência, já notada pelos mais de 100 elementos identificados pela ASPP como sendo portadores de deficiência. A associação pretende que estes elementos sejam reconhecidos na sua «singularidade». P.R.



António Remuda é 'o' veterano em questões de deficiência na PSP



O comissário já estava em casa quando o telefone tocou. Era uma noite de verão, 28 de julho, já passava das dez. Foi há quase oito anos. Ligaram-lhe porque sabiam que o comandante da PSP de São João da Madeira era um homem de ação – o que havia a fazer não ficava para os outros. A chamada dava conta de um assalto ao pavilhão Paulo Pinto. Tinha havido outros poucas semanas antes. Os

suspeitos assaltantes estavam no telhado, diziam-lhe do outro lado da linha. O *medat operandi* coincidia. Era preciso ir confirmar. Chamou os bombeiros e foi o primeiro a subir pela escada móvel até lá acima. O pavilhão estava equipado com painéis solares. Carlos Duarte deixou a escada e saltou para o telhado. Tinha acabado de perceber que não havia ali ninguém quando um pé em falso o lançou numa queda de quase dez metros. Só com o corpo no chão, os ossos fraturados e com o pesadelo à sua frente os colegas

lhe puderam dizer que se tratava de uma chamada falsa. Brincadeira de maldade com um preço demasiado caro a pagar: Incapacidade de mais de 72%.

António Remuda é veterano no tema. Foi dos primeiros casos de agentes vítimas de um acidente com sequelas para a vida – o agente principal teve um despieste de carro a caminho da esquadra.

«masiado morosos», defende o presidente da ASPP, Paulo Rodrigues. Em alguns casos, valeu a solidariedade interna para garantir as respostas urgentes: foram os colegas das vítimas de acidentes a juntar o dinheiro necessário para que essas pessoas pudessem pagar os tratamentos de que precisavam.

«Estes homens são vistos pela PSP como um problema. A Polícia não está preparada para lidar com estes casos, não há sensibilidade para perceber as situações e os processos de assistência são de-

Mas não é só em Portugal que o assunto soa a exótico para a própria força de segurança. É o problema não é sequer exclusivo das instituições. Numa reunião com dezenas de associações sindicais europeias, Paulo Rodrigues colocou a questão: como lidavam as diversas polícias europeias com os seus agentes feridos no cumprimento do dever? Entre os silêncios e os olhares trocados, ficou claro que ainda há muito caminho a desbravar.

Paulo Monteiro só voltou a uma esquadra passados mais de seis anos. Durante essa baixa, não houve uma só vez que o telemóvel tocasse e que do outro lado chegasse o apoio psicológico da PSP. O caso fez páginas e páginas de jornais, mas, até há pouco tempo, a instituição nunca tinha ouvido falar do seu caso, um dos mais mediatizados no que toca a acidentes de trabalho em que estiveram envolvidos agentes da PSP.

Agarrou a mão do seu antigo comandante em Chelas, um apoio incansável durante a recuperação – a par da mulher do agente – e que há cerca de oito anos o quis puxar de volta ao trabalho, desta vez no Porto. Mas as marcas do acidente não ficaram apenas no rosto. «Estou há 17 anos na PSP e nunca fui promovido. Hoje já devia ser agente principal, não há nenhum colega meu de curso que ainda seja agente», desabafava Monteiro.

### Quando querer trabalhar se torna um problema

No início do mês de junho, a ASPP levou este problema à Assembleia da República. Perante deputados de quase todos os partidos – só o PS não marcou presença na conferência –, os agentes com incapacidade permanen-

te falaram as suas experiências e tentaram mostrar as dificuldades que sente quem quer ser ativo.

Será por aí, diz Paulo Rodrigues, que a mudança interna na PSP poderá acontecer. Páta regulamentação própria para estes casos, para que a solução imediata não seja, em regra quase absoluta, a aposentação. «Nunca foi criado um diploma próprio com uma regulamentação que obrigasse a instituição a manter estes funcionários e que lhes permitisse a progressão na carreira», sublinha o presidente da ASPP.

### Reivindicações

A ASPP continua à espera de uma resposta da PSP para que possa colocar na mesa das discussões as mudanças que considera ser urgente implementar.

Desde logo, que a Polícia garanta que o tempo que os elementos passam fora de serviço devido a tratamentos que têm de fazer em resultado dos acidentes não os prejudique na avaliação. Além disso, considera a associação sindical, é necessário adaptar as provas a que os agentes estão sujeitos para garantir a sua progressão na carreira. Por exemplo, as provas físicas, impossíveis de cumprir para quem está numa cadeira de rodas ou para quem tem outro tipo de limitações de mobilidade – questões que, ainda assim, não impedem que se assumam cargos de responsabilidade não operacionais. A adaptação das esquadras é outro ponto central, já que, numa altura em que ainda se tenta garantir condições de higiene em várias delas, muitas não estão preparadas para cidadãos com deficiência motora. «Temos assistido a uma falta de disponibilidade da PSP para garantir que estes elementos podem continuar em funções, e esta postura deixa transparecer a ideia de que tudo o que diz respeito a pessoas com deficiência é um problema», remata Paulo Rodrigues.



Paulo Monteiro fez 49 cirurgias



Carlos Duarte caiu de telhado